Instituto Politécnico
de Castelo Branco

A

Anexo em 31 de dezembro de 2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas e Anexos do Grupo Instituto Politécnico de Castelo Branco foram elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto de Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As notas explicativas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no SNC-AP sendo que aquelas, cuja numeração, não existe não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

1. Identificação da entidade e período de relato

Denominação e sede das Entidades incluídas na consolidação:

Entidade-mãe

Instituto Politécnico de Castelo Branco - Serviços Centrais

Av. Pedro Álvares Cabral N.º 12, 6000-084 Castelo Branco

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) está sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 09.1.03.55.00, número de identificação de pessoa coletiva 504 152 980 e é pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, face ao Estado.

O IPCB foi criado pelo Decreto-Lei nº 513 T/79 de 26 de dezembro e os seus estatutos publicados através do Despacho Normativo nº 58/2008, de 06 de novembro, retificados através da Declaração de Retificação nº 78/2009, de 13 de janeiro.

O IPCB integra para além dos Serviços Centrais, seis escolas superiores:

- Escola Superior de Artes Aplicadas,
- Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova,
- Escola Superior Agrária de Castelo Branco,
- Escola Superior de Educação de Castelo Branco,

EMPRESA CERTIFICADA apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

- Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco,

- Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias.

Entidades incluídas

A inclusão na consolidação dos Serviços de Acção Social foi efetuada no respeito pelo estabelecido no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e pelo estabelecido na NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Serviços de Ação Social (SAS)

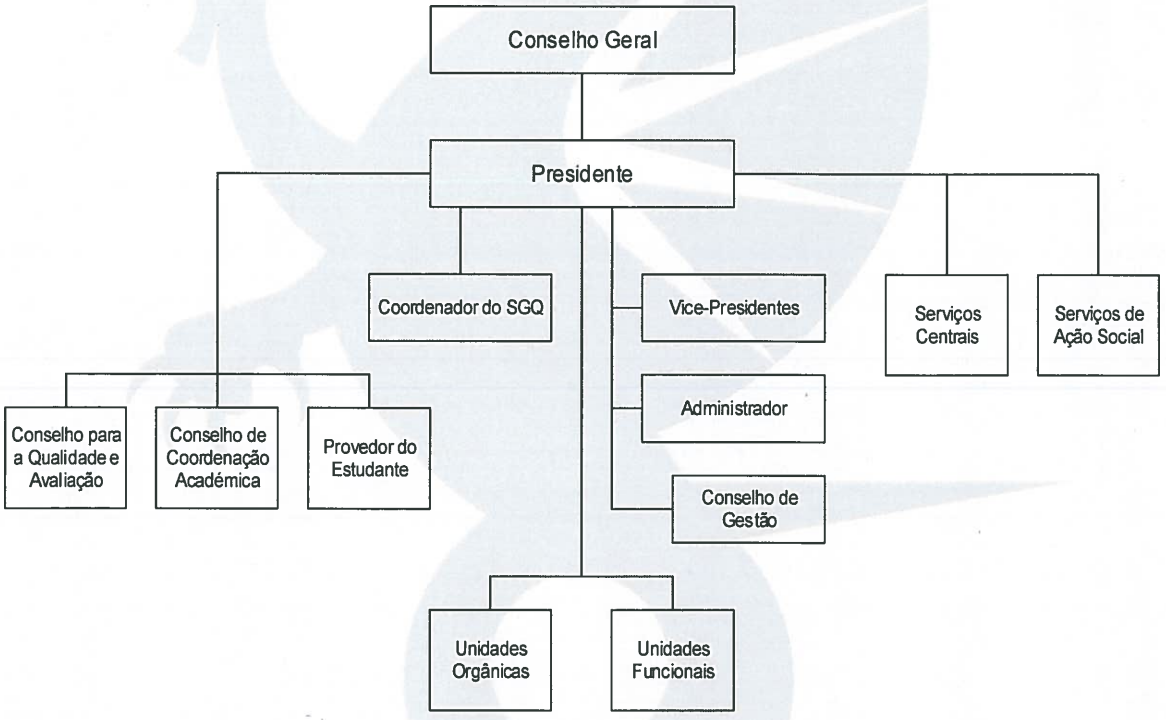
Av. Pedro Álvares Cabral N.º 12, 6000-084 Castelo Branco

Os Serviços de Ação Social (SAS) estão sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, com a classificação orgânica 09.1.03.56.00 e número de identificação de pessoa coletiva 600 044 068.

Os SAS são uma pessoa coletiva de direito público, dotados de autonomia administrativa e financeira.

Foram criados através do Decreto-Lei nº. 129/93, de 22 de abril conjugado com a Lei nº 37/2003, de 22 de agosto os quais estabelecem o modo de funcionamento dos serviços. O Regulamento Orgânico foi aprovado pelo Despacho nº 9042/2003 e publicado no DR II Série n.º 106/2003, de 8 de maio de 2003.

O organigrama do grupo Instituto Politécnico de Castelo Branco é o os que se apresenta de seguida:



Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Verifica-se que à data de 31 de dezembro o Grupo IPCB contava com um total de 646 trabalhadores:

Carreiras	TOTAL
Dirigente 1º grau	1
Dirigente 2º grau (*)	4
Docentes	423
Técnico Superior	80
Informática	13
Assistente Técnico	65
Assistente Operacional	60
	646

(*) O administrador dos Serviços de Ação Social consta do mapa de pessoal e encontra-se nomeado, mas não onera o orçamento dos SASIPCB.

O período de relato abrangido pelas presentes demonstrações financeiras consolidadas é de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. São também apresentados, para efeitos de comparabilidade, os valores que correspondem ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, pela primeira vez em 2018, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Nessa medida foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (SNC-AP) relevantes para a entidade, tendo em vista a dar uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP elaborado pela CNC, as primeiras demonstrações financeiras consolidadas de uma entidade preparadas nos termos do novo normativo devem incluir o ano anterior como informação comparativa, podendo basear-se no normativo contabilístico anterior (POC-Educação), sem necessidade de o reexpressar com base nas NCP relevantes, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras consolidadas definidas em SNC-AP. Esta situação acarretou a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018, sendo retomada com as demonstrações financeiras consolidadas para 2019.

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Nos termos da NCP 1, as entidades devem efetuar um conjunto de divulgações específicas no primeiro período de relato em que aplicam o SNC-AP, em concreto a forma como a transição do POC-Educação afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, através da reconciliação do balanco a 31/12/2017 preparado em POC-Educação, convertido para as rubricas definidas em SNC-AP, com o balanco de abertura a 01/01/2018 de acordo com o SNC-AP.

De referir ainda que 01/01/2018, foi efetuada a reclassificação dos ativos tangíveis e intangíveis, de acordo com o Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

A

Reconciliação para o Balanço de Abertura Consolidado

Grupo Instituto Politécnico de Castelo Branco

Relato de 01-01-2018 a 31-12-2018

Moeda: EUR

Rubricas (1)	Valores conforme POC-E 31/12/2017 (2)	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critérios de mensuração (5)	Imparidades /Reversões (6)	Outros (7)	Retificações (8)	Reclassificações (9)	SNC-AP 01/01/2018 (2)+...+(9)
ATIVO									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis	57 613 610,72							-180 731,10	57 432 879,62
Propriedades de investimento	0,00								0,00
Ativos intangíveis	10 732,60							180 731,10	191 463,70
Ativos biológicos	0,00								0,00
Participações financeiras	0,00								0,00
Devedores por empréstimos bonificados e	0,00								0,00
Acionistas / sócios / associados									0,00
Outros ativos financeiros	0,00								0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00								0,00
Subtotal	57 624 343,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57 624 343,32
Ativo corrente									0
Inventários	56 756,67								56 756,67
Ativos biológicos	0,00								0,00
Devedores por transferências e subsídios	0,00								0,00
Devedores por empréstimos bonificados e	0,00								0,00
Clientes, contribuintes e utentes	238 824,45								238 824,45
Estado e outros entes públicos	0,00								0,00
Acionistas / sócios / associados	0,00								0,00
Outras contas a receber	140 412,19								140 412,19
Diferimentos	46 067,33								46 067,33
Ativos financeiros detidos para negociaçã	0,00								0,00
Outros ativos financeiros	0,00								0,00
Caixa e depósitos	896 014,33								896 014,33
Subtotal	1 378 074,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 378 074,97
Total do Ativo	59 002 418,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 002 418,29
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									0
Património / Capital	25 717 788,69								25 717 788,69
Ações (quotas) próprias	0,00								0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00								0,00
Prémios de emissão	0,00								0,00
Reservas	0,00								0,00
Resultados transitados	-5 677 116,64								-5 677 116,64
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00								0,00
Excedentes de revalorização	0,00								0,00
Outras variações no Património Líquido	230 352,79							35 211 459,93	35 441 812,72
Resultado líquido do período	-77 652,71								-77 652,71
Dividendos antecipados	0,00								0,00
Interesses que não controlam	0,00								0
Total do Património Líquido	20 193 372,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 211 459,93	55 404 832,06
PASSIVO									0
Passivo não corrente									0
Provisões	8 502,40								8 502,40
Financiamentos obtidos									0,00
Fornecedores de investimentos									0,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego									0,00
Passivos por impostos diferidos									0,00
Outras contas a pagar									0,00
Subtotal	8 502,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 502,40
Passivo corrente									0
Credores por transferências e subsídios c	0,00								0,00
Fornecedores	75 552,12								75 552,12
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes									0,00
Estado e outros entes públicos	719 856,64								719 856,64
Acionistas / sócios / associados	0,00								0,00
Financiamentos obtidos	0,00								0,00
Fornecedores de investimentos	0,00								0,00
Outras contas a pagar	2 787 441,65								2 787 441,65
Diferimentos	35 217 693,35							-35 211 459,93	6 233,42
Passivos financeiros detidos para negocia	0,00								0,00
Outros passivos financeiros	0,00								0,00
Subtotal	38 800 543,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-35 211 459,93	3 589 083,83
Total do Passivo	38 809 046,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-35 211 459,93	3 597 586,23
Total do Património Líquido e Passivo	59 002 418,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 002 418,29

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001
CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanco de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2018, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	2,00	9,80
Depósitos à ordem no Tesouro	210 508,11	568 004,15
Depósitos bancários à ordem	149 618,88	328 000,38
Total de caixa e depósitos	**360 128,99**	**896 014,33**

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Os principais princípios contabilísticos e critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir
dos livros e registos contabilísticos do IPCB, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.
Compreende, essencialmente, licenças de *software*, programas de computador e marcas e patentes.
Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.
Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial a data de aquisição e o seu justo valor nessa data.
A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.
A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

que ele é utilizado. Nesta situação, são casuísticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos intangíveis adquiridos ate 31/12/2017.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Ativos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o IPCB benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis adquiridos até 31/12/2017.

i - Os bens do ativo imobilizado adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doação até 31/12/2001, com exceção dos edifícios e viaturas, encontram-se valorizados ao custo histórico.

iii – Os edifícios foram objeto de avaliação inicial por uma empresa corretora de seguros, Secrebeiras, Lda, em 05 de maio de 2003.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Face à necessidade da desagregação do valor patrimonial dos terrenos do valor patrimonial dos edifícios, o património urbano e rústico foi objeto de nova avaliação por uma entidade independente, o Engenheiro Agrónomo Luís Franco Mira, em abril de 2012 e retroagindo a dezembro de 2011, tendo sido solicitada a homologação à Direção Geral do Património.

À data do balanço a dezembro de 2018, o valor líquido contabilístico ascendia a 46 855 016,75€, com base na nova avaliação.

De acordo com esta avaliação, o valor dos terrenos e dos edifícios encontram-se espelhados em separado nas demonstrações financeiras consolidadas.

v – As viaturas, com exceção das viaturas existentes na Escola Superior Agrária, foram objeto de avaliação por uma Comissão designada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, conforme consta do ponto 2.4.4, do Manual de Procedimentos de Inventário.

A referida avaliação teve como critério o custo de mercado e foi aprovada em Conselho Administrativo a 17 de setembro de 2003.

vi – As viaturas afetas à Escola Superior Agrária foram objeto de avaliação por uma Comissão de Avaliação. O valor patrimonial das viaturas foi apurado em função da data da 1ª matrícula, estado de conservação e desvalorização das marcas e modelos.

A referida avaliação foi aprovada em Conselho de Gestão, a 25 de julho de 2010.

Imparidade de Ativos fixos tangíveis:

A entidade avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e reconhece nos resultados do período a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta, entre outras, as seguintes situações:

- Diminuição significativa durante o período, do valor de mercado de um ativo superior à que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

- Ocorrência no período ou provável ocorrência no futuro próximo de alterações significativas com um efeito adverso na entidade relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;

- Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

A

d) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo IPCB é o Custo Médio.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos.

e) Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento proveniente de prestações de serviços, vendas de bens e uso de terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

i. Provisões

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar uma obrigação presente.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha à data do balanço, uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada período de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nessa data.

ii. Passivos contingentes

Um Passivo Contingente é:

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para a liquidar, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos de recursos futuros que não seja remota.

iii. Ativos contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem não ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável um influxo de benefícios económicos futuros.

A entidade não reconheceu no período qualquer provisão, nem existem ativos ou passivos contingentes.

g) Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação que não sejam serviços em espécie, que satisfaça a definição de ativo deve ser reconhecido como tal quando, e somente for provável que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço fluam para a entidade e o justo valor do ativo possa ser mensurado como fiabilidade.

h) Acontecimentos após a data do balanço

A entidade ajusta as suas demonstrações financeiras consolidadas relativamente a acontecimentos após a data do balanço que proporcionem prova de condições já existentes naquela data.

Os acontecimentos que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, não são ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando materialmente relevantes.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações deste reconhecidas por contrapartida de resultados.

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

A mensuração dos restantes ativos e passivos financeiros é feita ao custo. Em cada data de relato, caso existam evidências objetivas de que estes ativos financeiros se encontram em situação de imparidade, é reconhecida a respetiva perda no resultado do período.

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídios de férias e de Natal, contribuições para a segurança social e eventuais prémios.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos e passivos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo, no período em que os serviços foram prestados.

k) Património

i. Resultados transitados

Esta conta inclui os resultados de exercícios anteriores.

ii. Outras Variações no Património Líquido

Referem-se a transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis, doações recebidas e transferências de bens cedidos e recebidos temporariamente.

l) Especialização de gastos

O IPCB regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".
As transferências correntes obtidas do Orçamento de Estado, resultantes do orçamento aprovado para o exercício e subsequentes alterações orçamentais, são reconhecidas como ganho no exercício em que ocorre o seu recebimento.

A responsabilidade com férias e subsídios de férias é registada como gasto do ano em que o pessoal adquire o direito ao gozo das férias. Em consequência, o valor das férias e dos subsídios de férias vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica de "Credores por acréscimos de gastos".

As transferências de capital obtidas do Orçamento de Estado ou outras entidades são registadas na rubrica "593 - Transferências e subsídios de capital", sendo reconhecidas nas demonstrações de resultados proporcionalmente às depreciações subsidiadas.

CERTIFICAÇÃO apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas depreciações, foi reconhecido o seu gasto.

A conversão para euros dos valores expressos originariamente noutras divisas foi efetuada pela cotação em vigor à data das operações.

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do IPCB são continuamente avaliadas, representando, à data de cada relato, a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas os pressupostos constantes da estrutura conceptual, nomeadamente:

Continuidade

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas no pressuposto de que a entidade continuará a operar no futuro previsível, não tendo a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações (NCP1).

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Prudência

Os juízos necessários ao fazer as estimativas requeridas em condições de incerteza, incluem um grau de precaução de forma a não sobreavaliar os ativos ou os rendimentos nem subavaliar os passivos ou os gastos.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, bem como as quantias relatadas de rendimentos e de gastos do período.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Gestão baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e correntes.

Em particular o órgão de gestão avaliou a capacidade da entidade prosseguir as suas atividades considerando não existirem incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da aplicação do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade considera não existirem, nesta data, riscos significativos, suscetíveis de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos até ao final do período seguinte.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas efetuadas têm por referência a data de relato e são baseadas no melhor conhecimento existente, na experiência de eventos passados e correntes e nas ações que se planeiam realizar. Contudo, poderão ocorrer situações futuras que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas efetuadas.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

A

3. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas de informação	222 475,18	156 782,54	0,00	65 692,64	1672 990,65	1632 603,56	0,00	40 387,09
Propriedade industrial e intelectual	14 193,53	3 460,93	0,00	10 732,60	11495,46	762,86	0,00	10 732,60
Ativos intangíveis em curso	115 038,46	0,00	0,00	115 038,46	84 703,79	0,00	0,00	84 703,79
Total	351707,17	160 243,47	0,00	191463,70	1769 189,90	1633 366,42	0,00	135 823,48

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação	65 692,64	1453 488,64	0,00	0,00	0,00	0,00	-59 466,54	0,00	-1419 327,65	40 387,09
Propriedade industrial e intelectual	10 732,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 732,60
Ativos intangíveis em curso	115 038,46	29 028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-59 362,67	84 703,79
Total	**191 463,70**	**1 482 516,64**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-59 466,54**	**0,00**	**-1 478 690,32**	**135 823,48**

Em 2018 destacam-se os aumentos decorrentes dos ajustamentos no âmbito da transição para SNC-AP, no valor líquido de 180.731,10 Euros, relativos a ativos que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POC-Educação, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a esta classe de ativos. Verificou-se ainda, no exercício, a reclassificação de Ativos fixos tangíveis para Ativos intangíveis no valor líquido de 4.156,10 euros.

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas adições do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	29 709,25	0,00	1423 779,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1453 488,64
Ativos intangíveis em curso	0,00	29 028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 028,00
Total	**0,00**	**58 737,25**	**0,00**	**1 423 779,39**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 482 516,64**

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas diminuições do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	-1417 815,19	0,00	-1512,46	-1419 327,65
Ativos intangíveis em curso	0,00	-59 362,67	0,00	0,00	-59 362,67
Total	**0,00**	**-1477 177,86**	**0,00**	**-1512,46**	**-1478 690,32**

4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente

Quadro 4.1 — Acordos de concessão de serviços: concedente

N.º Contrato	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos do concessionário			Concedente
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros	
Contrato n.º1/2017	João Afonso Araújo Baptista	Concessão do direio de exploração do Centro Equestre da ESA	26/02/2017 a 25/02/2032	44 034,00	2 460,00	2 460,00	39 114,00	IPCB
Contrato n.º 18/2017	Cafecop, Lda.	Colocação e exploração de máquinas de venda automática no Instituto Politécnico de Castelo Branco.	01/09/2017 a 31/12/2019	129 918,88	19 987,52	49 968,80	59 962,56	SAS
Contrato n.º 19/2017	José Cardoso Pereira	Concessão da exploração do bar da ESART.	01/09/2017 a 31/12/2019	25 983,88	3 997,52	10 993,18	10 993,18	SAS
Contrato n.º1/2018	Eurossen - Restauração e Serviços, Lda.	Exploração dos Refeitórios da Escola Superior de Educação, Escola Superior Agrária, Escola Superior de Tecnologia e Residência de Estudantes "Professor Dr. Valter Victorino Lemos", em Castelo Branco e da Residência "Prof. Dr. José Figueiredo Martinho", em Idanha-a-Nova e exploração do serviço de bar da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, da Escola Superior de Educação, da Escola Superior de Tecnologia, em Castelo Branco e da Escola Superior de Gestão em Idanha-a-Nova.	01/01/2018 a 31/12/2020	69 223,77	0,00	21770,44	47 453,33	SAS
Contrato n.º2/2018	Eurossen - Restauração e Serviços, Lda.	Concessão da exploração do bar da ESA.	01/01/2018 a 31/12/2020	12 177,00	0,00	4 059,00	8 118,00	SAS

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	21224 370,36	0,00	0,00	21224 370,36	21224 370,36	0,00	0,00	21224 370,36
Edifícios e outras construções	38 032 814,11	4 073 820,70	0,00	33 958 993,41	38 005 383,11	4 425 030,25	0,00	33 580 352,86
Equipamento básico	10 749 975,11	9 045 184,86	0,00	1704 790,25	9 233 583,69	7 969 712,29	0,00	1263 871,40
Equipamento de transporte	469 738,22	379 445,08	0,00	90 293,14	483 862,94	419 566,47	0,00	64 296,47
Equipamento administrativo	7 170 927,50	6 811 936,79	0,00	358 990,71	6 122 861,61	5 810 663,11	0,00	312 198,50
Equipamentos biológicos	64 707,35	33 115,18	0,00	31592,17	60 657,35	37 232,30	0,00	23 425,05
Outros ativos fixos tangíveis	1 172 702,53	1 108 852,95	0,00	63 849,58	2 723 953,75	2 474 560,49	0,00	249 393,26
Total	78 885 235,18	21452 355,56	0,00	57 432 879,62	77 854 672,81	21 136 764,91	0,00	56 717 907,90

Os movimentos ocorridos nos Ativos tangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	21224 370,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21224 370,36
Edifícios e outras construções	33 958 993,41	28 631,55	280,07	0,00	0,00	0,00	-379 498,02	0,00	-28 054,15	33 580 352,86
Equipamento básico	1704 790,25	1612 929,27	-4 420,52	0,00	0,00	0,00	-437 733,98	0,00	-1611693,62	1263 871,40
Equipamento de transporte	90 293,14	14 124,72	0,00	0,00	0,00	0,00	-25 996,67	0,00	-14 124,72	64 296,47
Equipamento administrativo	358 990,71	1375 089,80	0,01	0,00	0,00	0,00	-183 143,13	0,00	-1238 738,89	312 198,50
Equipamentos biológicos	31592,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 352,48	0,00	-1814,64	23 425,05
Outros ativos fixos tangíveis	63 849,58	1498 008,82	4 140,45	0,00	0,00	0,00	-92 265,36	0,00	-1224 340,23	249 393,26
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	103 485,84	-103 485,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	57 432 879,62	4 632 270,00	-103 485,83	0,00	0,00	0,00	-1 124 989,64	0,00	-4 118 766,25	56 717 907,90

Em 2018 destacam-se as diminuições decorrentes dos ajustamentos no âmbito da transição para SNC-AP, no valor líquido de 180.731,10 Euros, relativos a ativos que haviam sido reconhecidos nesta classe de ativos de acordo com o POC-Educação, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra classe de ativos, designadamente Ativos intangíveis. Devido ainda à referida alteração aos normativos contabilísticos foram efetuadas também reclassificações entre as diversas contas do Ativo fixo tangível não se verificando alterações ao valor global líquido. Verificou-se ainda, no exercício, a reclassificação de Ativos fixos tangíveis para Ativos intangíveis no valor líquido de 4.156,10 euros.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Os movimentos ocorridos nos Ativos tangíveis e as respetivas adições do período foram os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis											
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	28 631,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 631,55
Equipamento básico	0,00	181 128,34	0,00	1430 900,93	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1612 929,27
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	14 124,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 124,72
Equipamento administrativo	0,00	19 999,80	0,00	1355 090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1375 089,80
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	52 911,47	0,00	1445 097,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1498 008,82
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	103 485,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103 485,84
Total	0,00	357 525,45	0,00	4 273 844,55	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 632 270,00

Os movimentos ocorridos nos Ativos tangíveis e as respetivas diminuições do período foram os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	0,00	-28 054,15	0,00	0,00	0,00	-28 054,15
Equipamento básico	0,00	-1611693,62	0,00	0,00	0,00	-1611693,62
Equipamento de transporte	0,00	-14 124,72	0,00	0,00	0,00	-14 124,72
Equipamento administrativo	0,00	-1238 747,52	0,00	0,00	8,63	-1238 738,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	-1814,64	-1814,64
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	-1224 340,23	0,00	0,00	0,00	-1224 340,23
Total	0,00	-4 116 960,24	0,00	0,00	-1806,01	-4 118 766,25

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	18 273,65	0,00	18 273,65
Produtos acabados e intermédios	19 623,11	0,00	19 623,11
TOTAL	**37 896,76**	**0,00**	**37 896,76**

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Os movimentos ocorridos no período constam do quadro seguinte:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/ Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	22 065,95	0,00	3 792,30		0,00	0,00	0,00	0,00	18 273,65
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22 885,63	119 595,59	142 481,22		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	11805,09			7 818,02	0,00	0,00	0,00	0,00	19 623,11
TOTAL	56 756,67	119 595,59	146 273,52	7 818,02	0,00	0,00	0,00	0,00	37 896,76

13. Rendimento de transações com contraprestação

Rendimentos com contraprestação	31/12/2018	31/12/2017
Impostos, contribuições e taxas	3 498 518,97	3 211 189,53
Vendas de Mercadorias	94 259,69	85 334,11
Prestações de Serviços	695 256,45	647 976,84
Outros proveitos e ganhos		
Proveitos suplementares	13 719,65	10 712,07
TOTAL	4 301754,76	3 955 212,55

Os rendimentos de transações com contraprestação são reconhecidos conforme divulgado na alínea e), nota 2. O método utilizado para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviço é o da percentagem de acabamento.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

14.Rendimento de transações sem contraprestações

Rendimentos sem contraprestações	31/12/2018	31/12/2017
Transferências e subsídios correntes obtidas	18 835 948,32	18 623 945,76
Outros Rendimentos e Ganhos		
Ganhos em investimentos	11378,56	43 428,67
Correções relativos a periodos anteriores	41213,48	8 773,79
Imputação de subsidios e transf, investimentos	787 725,32	774 293,08
Outros não especificados	1679,00	508 990,40
Total Outros Rendimentos e Ganhos	**19 677 944,68**	**19 959 431,70**

Os rendimentos de transações sem contraprestação são reconhecidos conforme divulgado na alínea g), nota 2.

O valor reconhecido em transferências correntes refere-se a transferências do Orçamento Geral do Estado para funcionamento, no montante de 17 441 141,00 euros, e o montante de 1 338 388,48 euros relativo a transferências correntes provenientes do FSE, FEDER, FEOGA, Junta de Freguesia e Câmaras Municipais e outras entidades. Foram ainda obtidos subsídios correntes no montante de 56 418,84 euros.

17. Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão a 28 de junho de 2019.

Após a data do balanço não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam nessa data. Pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

A

18. Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros encontram-se mensurados conforme indicado na alínea i) da nota 2.

18.1 Ativos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Clientes c/c	48 277,26	42 614,41
Alunos c/c	270 827,08	195 782,54
Utentes c/c	2 407,50	427,50
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	367 314,35	479 105,50
Perdas por imparidades acumuladas	-367 314,35	-479 105,50
Total clientes, contribuinte e utentes	**321 511,84**	**238 824,45**
Adiantamento a Fornecedores	2 001,81	35,82
Outros devedores por transferências	8 873,21	8 136,21
Outros devedores	135 648,63	46 432,76
Devedores por acrécimos de rendimentos	188 056,87	102 067,10
Perdas por imparidades acumuladas	-37 223,16	-16 239,70
Total outras contas a receber	**297 357,36**	**140 432,19**

No exercício foi reconhecida no resultado uma perda por imparidade no montante de 360 802,68 euros dividido por clientes, contribuintes e utentes 339.779,55 euros e por outros devedores 21.023,13 euros. Foi ainda reconhecida uma reversão de perdas por imparidade no valor de 451.610,37 euros.

18.2 Passivos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	-106 873,60	-75 552,12
Fornecedores de investimentos	-44 416,02	0,00
Outras Contas a Pagar		
Remunerações a liquidar	-2 820 724,18	-2 738 766,19
Outros acréscimos de gastos	-27 372,87	-20 478,44
Outros credores	-58 549,42	-28 197,02
Total Outras Contas a Pagar	**-2 906 646,47**	**-2 787 441,65**
Total	**-3 057 936,09**	**-2 862 993,77**

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

19. Benefícios dos empregados

Em 31 de dezembro de 2018 a entidade empregava 646 funcionários.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com Pessoal		
Remunerações dos Orgãos Directivos	808 282,01	966 518,25
Remunerações do Pessoal	15 609 166,32	15 107 161,61
Prémios para Pensões	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	3 647 033,33	3 589 492,07
Seguros de Acidentes de Trabalho	2 019,33	0,00
Gastos de Acão Social	0,00	0,00
Outros encargos sociais	44 252,84	15 942,24
Outros gastos com o Pessoal	4 178,06	32 427,52
Formação do Pessoal		
Total	**20 114 931,89**	**19 711 541,69**

23. Outras Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

Diferimentos – Gastos Reconhecer

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de Diferimentos - Gastos a Reconhecer, tinha a seguinte composição:

281 - Diferimentos - Gastos a reconhecer	Movimento em 31/12/2018
Saldo Inicial	46 067,33
Seguros	4 738,41
Trabalhos especializados - Proj. informática	9 429,14
Regularização de Gastos a Reconhecer 2017	44 724,00
Saldo final	**15 510,88**

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Diferimentos – Rendimentos a Reconhecer

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer, tinha a seguinte composição:

282 - Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer	Movimento em 31/12/2018	
Saldo inicial	6 233,42	C
Regularização inst gás natural	3 240,70	D
Saldo final	**2 992,72**	**C**

Estado e Outros Entes Públicos

Impostos	31/12/2018	31/12/2017
IRS - Imposto s/ Rendimento	**-266 447,14**	**-269 895,11**
Retenções na Fonte	**-264 966,00**	**-268 836,00**
Retido pelo Grupo IPCB	**-264 966,00**	**-268 836,00**
Cat. A Trab. Dependente	**-264 966,00**	**-268 836,00**
Dezembro	-264 966,00	-268 836,00
Cat. A Trab. Independente	**-1481,14**	**-1059,11**
Dezembro	-1481,14	-1059,11
a Pagar	**-36 778,48**	**-16 557,51**
4º Trimestre	-36 778,48	-16 557,51
Contribuições para Segurança Social	**-389 070,45**	**-431738,76**
ADSE		-35 579,20
Caixa Geral de Aposentações - Regime Geral	-97 094,97	-100 228,22
Segurança Social - Regime Geral	-25 976,87	-25 014,25
Segurança Social - Entidade Patronal	-56 038,27	-53 979,93
Caixa Geral de Aposentações - Entidade Patronal	-209 960,34	-216 937,16
Outras Tributações	-2 103,16	-1665,26
Total	**-694 399,23**	**-719 856,64**

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

A

Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecimentos e serviços externos	**2 017 262,07**	**1 709 089,01**
Conservação e reparação	292 220,74	143 614,26
Eletricidade	366 763,75	367 948,82
Combustíveis e lubrificantes	234 202,79	187 897,12
Trabalhos especializados	601073,85	379 172,47
Água	65 775,41	60 650,76
Seguros	129 173,12	51344,60
Peças ferramentas e utens. desgaste rápido	18 649,39	36 717,62
Outros fornecimentos e serviços	10 026,46	257 961,94
Art. Higiene e limpeza, vest. Art. Pessoais	3 886,11	4 898,56
Deslocações e estadas	91928,49	86 985,40
Outros serviços especializados	13 015,37	0,00
Comunicações	17 055,43	18 913,99
Produtos químicos e de laboratórios	74 644,81	0,00
Outros materiais	15 264,31	5 124,76
Material de educação cultura e recreio	19 180,29	12 712,16
Subcontratos e concessão de serviços	1589,91	0,00
Material de escritório	7 575,59	6 068,82
Publicadade comunicação e imagem	52 811,25	78 154,06
Transporte de pessoal	2 425,00	10 923,67

EMPRESA CERTIFICADA apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Transferências e subsídios concedidos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Nome da entidade		
Associação Académica do IPCB	22 732,74	23 760,37
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	111,74	0,00
Instituto Politécnico Coimbra	938,61	100 915,47
Instituto Politécnico Guarda	9 672,12	34 515,01
Instituto Politécnico Leiria	37 085,15	80 806,74
Instituto Politécnicos Santarém	5 434,17	24 827,14
Instituto Politécnico Portalegre	4 611,31	24 176,09
Instituto Politécnico Tomar	3 762,22	24 005,50
Instituto Politécnico Bragança	1282,94	0,00
Instituto Politécnico Viseu	1408,00	36 825,71
Município de Castelo Branco	382,50	0,00
Município de Idanha-a-Nova	382,50	0,00
Centro de Inovação Competitiva da Floresta	1988,77	0,00
NATURTEJO	246,88	0,00
ECOGERMINAR	3 348,41	0,00
EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza.	915,71	0,00
Bolseiros, Alunos,Pessoal docente e Pessoal não docente	470 149,14	311481,52
Total	**564 452,91**	**661 313,55**

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

Outros gastos e perdas

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e taxas	102,00	6 273,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Abates	1512,46	313,95
Correções relativas a períodos anteriores		
Devolução de transferências e subsídios obtidos	523 979,68	18 004,86
Correção Depreciações		42 288,70
Outras correções	3 842,90	3 175,69
Quotizações	17 464,56	9 430,00
Ofertas e amostras de inventários	3 792,30	0,00
Outros não especificados	8 241,46	28 819,86
TOTAL	**558 935,36**	**108 306,06**

Património, reservas e resultados transitados

CONTAS	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51Património	25 717 788,69	0,00	0,00	25 717 788,69
56 Resultados Transitados	-5 677 116,64	0,00	77 652,71	-5 754 769,35
593 - Transferências e subsídios de capital	35 210 524,70	54 830,18	828 848,99	34 436 505,89
594 - Doações obtidas	224 453,58	900,00	0,00	225 353,58
597 - Transferências de ativos	6 834,44	0,00	0,00	6 834,44
88 Resultado Líquido do Exercício	-77 652,71	77 652,71	504 194,48	-504 194,48
T O T A L	**55 404 832,06**	**133 382,89**	**1 410 696,18**	**54 127 518,77**

a) Transferência do resultado líquido de 2017 de 77 652,71 euros para a conta de Resultados Transitados.

b) Por contrapartida da conta imputação de subsídios e transferência para investimentos foi reconhecido o valor dos Subsídios para Investimentos no montante de 828.849,29 euros. Este valor regulariza as depreciações do exercício dos bens financiados por transferências de capital.

c) Subsídio ao investimento recebido referente ao projeto SAMA 2018 no montante de 13 706,51 euros.

d) Verba recebida do projeto SAMA ainda não aplicada no montante de 41 123,67 euros.

e) Doação obtida de ativos depreciáveis no montante de 900,00 euros, ao justo valor.

f) Foi apurado o Resultado Líquido do Exercício para 2018 no montante de – 504 194,48 euros.

Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

24 Divulgações exigidas por diplomas legais

Sector público estatal

Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, informa-se que a entidade não tem dívidas em mora ao Estado.

Segurança social

Em cumprimento do estipulado pelo artigo 210º da Lei n.º 110/2009, informa-se que a entidade não tem dívidas em mora à segurança social.

O Responsável

27/06/2019

O Presidente

27/06/2019

EMPRESA CERTIFICADA apcer ISO 9001 CERTIFIED IQNet MANAGEMENT SYSTEM
Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.